



# GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 53, DE 21 DE SETEMBRO DE 2023

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE  
PROFESSOR SUBSTITUTO PARA A REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL

## Direito

Data da prova:

Domingo, 26/11/2023

Turno Matutino

## INSTRUÇÕES

- Você recebeu do fiscal:
  - um caderno da prova objetiva contendo 120 (cento e vinte) itens – cada um deve ser julgado como CERTO ou ERRADO, de acordo com o(s) comando(s) a que se refere –; e
  - uma folha de respostas personalizada.
- Verifique se a numeração dos itens, a paginação do caderno da prova objetiva e a codificação da folha de respostas estão corretas.
- Verifique se o componente curricular selecionado por você está explicitamente indicado nesta capa.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

***A confiança em si mesmo é o primeiro segredo do sucesso.***

- Você dispõe de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos para fazer a prova objetiva, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar sua folha de respostas e o caderno da prova e retirar-se da sala.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação da prova, levando o caderno da prova objetiva quando faltarem 52 (cinquenta e dois) minutos para o final do tempo destinado à realização da prova.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação da prova na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

## INSTRUÇÕES PARA A PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada item e assinale sua resposta na folha de respostas.
- A folha de respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou manchada e nem pode conter registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

Tipo "A"

## PROVA OBJETIVA

### CONHECIMENTOS BÁSICOS Itens de 1 a 40

<sup>1</sup> Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas. Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado.

ALVES, Rubem. In: *Por uma educação romântica*. 8. ed. Campinas: Papyrus, 2009, p. 29-32.

Com base nas informações do texto e nos recursos responsáveis pelas relações entre elas, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. Segundo o autor, as escolas que são gaiolas contribuem para que os pássaros desaprendam a arte do voo, enquanto as escolas que são asas ensinam os pássaros a voar.
2. No período composto “Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo” (linhas 2 e 3), o pronome relativo “que” retoma o termo “Escolas” e a locução “para que” introduz ideia de finalidade em relação à oração anterior.
3. No período “Existem para dar aos pássaros coragem para voar.” (linha 9), o termo sublinhado poderia, sem comprometer a relação de sentido original, ser substituído pelo pronome **lhes**.
4. Para representar os tipos de escola e as diferenças entre eles, o autor utiliza-se da metáfora e da antítese.

### Professor e estudantes criam jornal digital

<sup>1</sup> A busca por diferentes práticas que conquistem a dedicação dos estudantes levou o professor Eduardo Alves e a sua turma ao mundo das notícias: juntos, criaram o CEMTN News, um jornal veiculado na internet com notícias e opiniões produzidas na escola.

<sup>4</sup> O nome do jornal digital é uma referência à própria escola, já que a turma estuda no Centro de Ensino Médio de Taguatinga Norte (CEMTN).

<sup>7</sup> A plataforma virou um meio de expressão dos estudantes. Lá, diferentes temas são trabalhados, e o professor regente estimula o respeito social.

<sup>10</sup> CRUZ, Íris. Disponível em: <<https://www.educacao.df.gov.br/professor-e-estudantes-criam-jornal-digital-em-taguatinga/>>. Acesso em: 19 out. 2023, com adaptações.

Considerando as informações do texto e as questões morfosintáticas que o constituem, julgue (C ou E) os itens a seguir.

5. A redação **Afim de encontrarem práticas diferentes que motivassem a dedicação dos alunos, o professor Eduardo Alves e a sua turma, foram levados ao mundo das notícias** está totalmente de acordo com a norma-padrão e reproduz uma mensagem compatível com o texto.
6. Na linha 1, a forma verbal “conquistem” poderia ter sido empregada na terceira pessoa do singular para concordar com o sujeito “A busca”.
7. O uso do sinal indicativo de crase é obrigatório no trecho “é uma referência à própria escola” (linhas 6 e 7).
8. No lugar da locução “já que” (linha 7), estaria correto o emprego da forma **porque**.
9. A função sintática desempenhada pelo termo sublinhado na oração “e o professor regente estimula o respeito social” (linhas 10 e 11) seria alterada, caso a autora tivesse optado pela seguinte redação: **e o respeito social é estimulado pelo professor regente**.

<sup>1</sup> Houve um dia, em uma aula de história do sétimo ano, em que falamos das estátuas da Roma antiga. Respondi à professora que eram os olhos que induziam a sensação de vida às figuras de pedra. A senhora regozijou. Disse que eu estava muito certo. Iluminei-me todo, não por ter sido o mais rápido a descortinar aquela solução, mas porque <sup>4</sup> tínhamos visto imagens das estátuas mais deslumbrantes do mundo e eu estava esmagado de beleza. Quando me elogiou a resposta, a minha professora contente apenas me premiou <sup>7</sup> a maravilha que era, na verdade, a capacidade de induzir maravilha que ela própria tinha. Estávamos, naquela sala de <sup>10</sup> aula, ao menos nós dois, felizes. Profundamente felizes.

MÃE, Valter Hugo. Autobiografia Imaginária. *JL Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Ano XXII, n. 1095, com adaptações.

A respeito da linguagem utilizada pelo autor, julgue (C ou E) os itens a seguir.

10. Do ponto de vista da tipologia, o texto é predominantemente narrativo.
11. De acordo com a norma-padrão, o trecho “Iluminei-me todo” (linha 5) poderia ser reescrito da seguinte maneira: **Me iluminei todo**.
12. A substituição da expressão “ao menos” (linha 12) pela forma **pelo menos** preservaria o sentido original.
13. Ao selecionar palavras e expressões carregadas de subjetividade, o autor imprime ao texto um tom pessoal. Tal procedimento também pode ser utilizado no contexto da comunicação oficial sempre que o assunto da redação for de interesse particular do remetente ou do destinatário.

Considere que João, candidato regularmente inscrito no processo seletivo simplificado para contratação temporária de professor substituto da rede pública de ensino do Distrito Federal (DF), tenha sido aprovado e convocado, respeitada a classificação de banco de reservas de seu local de atuação (CRE), iniciando, assim, seu vínculo jurídico com a Secretaria de Educação do DF.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue (C ou E) os itens a seguir.

14. João tem vínculo jurídico com a administração indireta, visto que a Secretaria de Estado de Educação do DF tem personalidade jurídica própria, e relaciona-se com a administração direta por vinculação a qual exerce poder de tutela.
15. O ato administrativo de convocação do professor temporário conceitua-se como um ato geral.
16. João é considerado, nos termos da Lei Complementar nº 840/2011, servidor público, ainda que contratado como professor de contrato temporário.
17. A lealdade à instituição que servir e tratar as pessoas com civildade são deveres legalmente impostos a João.

Considerando o produto interno bruto (PIB) trimestral, a atividade econômica do Distrito Federal (DF) cresceu 3,3% no acumulado em quatro trimestres (do 2º trimestre de 2022 ao 1º trimestre de 2023) em relação ao mesmo período de 2022 (do 2º trimestre de 2021 ao 1º trimestre de 2022), apesar do recuo de 0,3% na comparação entre o primeiro trimestre deste ano com o último trimestre do ano passado. No Brasil, o PIB cresceu 1,9% na comparação trimestral (1º trimestre de 2023 e 4º trimestre de 2022) e 3,3% no acumulado em 12 meses.

Disponível em: <<https://www.ipe.df.gov.br/agropecuaria-e-destaque-na-economia-do-df-no-primeiro-trimestre-do-ano>>. Acesso em: 16 out. 2023, com adaptações.

No que se refere à composição do PIB do DF, julgue (C ou E) os itens a seguir.

18. O setor de serviços públicos e privados é um dos principais geradores de emprego e geração de impostos no DF, tendo participação considerável na atividade econômica local.
19. A ausência de uma atividade agropecuária diversificada e de uma agroindústria expressiva faz com que o PIB do DF seja um dos menores do País.

A cultura em Brasília confunde-se com a própria cidade, já que ela é Patrimônio Cultural da Humanidade. São 112,25 quilômetros quadrados de área tombada. A migração de habitantes de diversas regiões do País para a construção de Brasília, além da convergência natural por ser a capital do País, criou na cidade um caldeirão cultural que reuniu fragmentos de diversos estados e culminou em uma identidade própria.

Disponível em: <<https://www.df.gov.br/cultura/>>. Acesso em: 16 out. 2023, com adaptações.

Acerca da realidade histórica e cultural do Distrito Federal (DF), julgue (C ou E) os itens a seguir.

20. O Plano Piloto de Brasília é um bem inscrito na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade como o maior conjunto urbanístico de arquitetura moderna do mundo.
21. As expressões culturais existentes no território do DF são diversas e têm influência das migrações que formaram a população local.
22. As manifestações de cultura imaterial, tais como ritmos musicais como o *rock* e o *hip hop*, são pouco expressivas na capital federal.



Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/354447902\\_Um\\_passado\\_mais\\_que\\_presente\\_dialogos\\_entre\\_representacoes\\_sociais\\_d\\_e\\_Brasilia](https://www.researchgate.net/publication/354447902_Um_passado_mais_que_presente_dialogos_entre_representacoes_sociais_d_e_Brasilia)>. Acesso em: 16 out. 2023.

Essa figura mostra a mancha de urbanização dentro do território do Distrito Federal (DF). Com relação a essa realidade geográfica, julgue (C ou E) os itens a seguir.

23. A urbanização do DF foi limitada e condicionada pelo planejamento urbano que criou mecanismos de controle de uso e ocupação do solo para limitar o crescimento demográfico e a expansão de áreas urbanas.
24. O DF apresenta uma mancha urbana complexa e diversa, com áreas adensadas e fragmentadas do ponto de vista do uso e da ocupação do solo.
25. A mancha urbana do DF é formada por Regiões Administrativas que têm *status* de município.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência – tem por escopo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Acerca desse assunto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

26. É incumbência do poder público assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades e adotar medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência.
27. Os tradutores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) atuantes na educação básica e superior devem possuir nível superior, com habilitação em Tradução e Interpretação em Libras.

Com base no disposto na Lei Orgânica do Distrito Federal, julgue (C ou E) os itens a seguir.

28. Na educação básica, é facultado ao poder público manter atendimento suplementar ao educando por meio de assistência médica, odontológica e psicológica.
29. É garantido aos superdotados, em todos os níveis, atendimento educacional especializado.
30. No conjunto das disciplinas do currículo escolar e universitário, deve ser incluído conteúdo relacionado às lutas das mulheres, dos negros, dos índios e de outros na história da humanidade e da sociedade brasileira.

O Decreto nº 42.590/2021, o qual aprova o II Plano Distrital de Políticas Públicas para as Mulheres (II PDPM), institui o Comitê de Articulação e Monitoramento e dá outras providências. De acordo com esse decreto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

31. Um dos objetivos específicos do Eixo 2 – Educação para a Igualdade – do II PDPM é consolidar, na política educacional do Distrito Federal, o respeito pela diversidade em todas as suas formas, de modo a garantir uma educação igualitária e cidadã.
32. O Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM será integrado, entre outros, por um representante, titular e suplente, da Secretaria de Estado de Educação.

Em 20 de dezembro de 2016, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) completou 20 anos de proclamação. No que se refere a essa legislação educacional, julgue (C ou E) os itens a seguir.

33. Entende-se por educação especial a modalidade de educação escolar oferecida obrigatoriamente na rede regular de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
34. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao final da vida.
35. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Considerando a legislação educacional que envolve o Plano Distrital de Educação (PDE 2015-2024), o Plano Nacional Comum de Educação (PNE 2014-2024) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), julgue (C ou E) os itens a seguir.

36. A concepção que norteia o PDE 2015-2024 compreende a educação como peça fundamental para a construção do Estado Democrático, cuja materialização intenta um projeto de desenvolvimento social, político, econômico, cultural e educativo como estratégia de superação da desigualdade social.

37. O Plano Nacional de Educação reitera o princípio de competição federativa da política educacional, já presente na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
38. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Com base nos pressupostos teóricos do Currículo em Movimento da Educação Básica, julgue (C ou E) os itens a seguir.

39. A democratização do acesso à escola para as classes populares requer que esta seja reinventada, tendo suas concepções e práticas refletidas e revisadas com vistas ao atendimento às necessidades formativas dos estudantes, grupo cada vez mais heterogêneo que adentra a escola pública do Distrito Federal.
40. A educação integral deve ser pensada longe de uma visão de escola como instituição total ou panaceia para todos os males, pois não pretende substituir o papel e a responsabilidade da família ou do Estado, mas que vem responder às demandas sociais de seu tempo.

Área livre

## CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

### Itens de 41 a 70

As relações entre professores e alunos, as formas de comunicação, os aspectos afetivos e emocionais, a dinâmica das manifestações na sala de aula fazem parte das condições organizativas do trabalho docente.

LIBÂNEO, José C. *Didática*. 2. ed. Cortez, 2017.

A respeito da didática na formação do professor e da prática histórico-cultural, julgue (C ou E) os itens a seguir.

41. A interação professor-alunos é um aspecto fundamental da organização da “situação didática”.
42. Os objetivos do processo de ensino são a transmissão e a assimilação dos conhecimentos, dos hábitos e das habilidades.
43. O trabalho docente é uma atividade de improviso e assistemática, em cujo centro está a aprendizagem ou o estudo dos alunos sob a direção do professor.
44. O objeto de estudo da didática é o processo de aprendizagem e o desenvolvimento humano.
45. Para a teoria com enfoque histórico-cultural, o ensino e a educação são maneiras globais e essenciais do processo de desenvolvimento psíquico e da apropriação, pelo homem, da cultura e da experiência histórico-social da humanidade.

No Brasil, a educação básica atende hoje uma grande parcela da população, muito maior do que já atendeu no passado. A questão da qualidade, no entanto, é fonte de preocupação, ou seja, atender todos de forma eficiente e competente.

FERREIRA, Vânia de, S. *et al. Didática*. Grupo A, 2018, com adaptações.

Considerando o currículo, a avaliação, a sociedade e a prática escolar, julgue (C ou E) os itens a seguir.

46. O currículo é secundário na organização do trabalho pedagógico, para que as instituições possam garantir a efetiva aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos.
47. A escola deve ser um lugar de troca entre professores e alunos. O professor, como mediador do ensino, deve prever, em sua prática, o desenvolvimento das competências cognitivas de seus alunos, visando à formação de pessoas capazes de exercer a cidadania.
48. Os currículos devem ser construídos de acordo com a realidade na qual a escola está inserida, tendo em vista as necessidades, as limitações e os aprendizados dos educandos, bem como a intencionalidade educativa que norteia a proposta pedagógica da escola.
49. O tipo avaliativo conhecido como avaliação final ou somativa oportuniza a coleta de informações a respeito do conhecimento prévio dos alunos e a demonstração de algumas das respectivas habilidades e competências.

As tecnologias da informação e comunicação indicaram grandes e positivas mudanças nas formas de se comunicar, relacionar e viver em sociedade. Desde o surgimento da informática, por exemplo, são muitas as expectativas geradas sobre seu potencial para obter a individualização e melhoria das aprendizagens, o alcance da intervenção educativa e os êxitos dos alunos com necessidades especiais.

SANCHO, Juana M.; HERNÁNDEZ, Fernando. *Tecnologias para transformar a educação*: Grupo A, 2014. E-book. ISBN 9788536308791. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536308791/>>. Acesso em: 9 out. 2023.

Acerca das tecnologias da informação e comunicação na educação, da educação especial/inclusiva, da educação para a diversidade e do papel do professor, julgue (C ou E) os itens a seguir.

50. A mera presença das tecnologias tem efeitos automáticos na alfabetização e em seus possíveis benefícios.
51. As barreiras sociais são obstáculos maiores para a participação na sociedade do que as limitações funcionais das pessoas.
52. Os professores devem desenvolver currículos inclusivos, que considerem a diversidade cada vez mais visível em todos os contextos da educação e da sociedade.

No âmbito escolar, o planejamento acolhe diferentes atividades: a gestão administrativa, a gestão pedagógica, a gestão patrimonial, a gestão da aprendizagem, entre outras que se articulam conforme a estrutura proporcionada pela instituição, sua definição hierárquica e infraestrutura.

SANT'ANNA, Geraldo J. *Planejamento, gestão e legislação escolar*. Editora Saraiva, 2014.

No que se refere ao processo de planejamento escolar participativo, julgue (C ou E) os itens a seguir.

53. Ao planejar ações na escola, devem-se considerar as diferenças naturalmente existentes, de maneira que o ato de planejar, executar e avaliar seja coletivo, propiciando uma produção participativa, interativa e eficiente.
54. A gestão escolar é uma dimensão do próprio ato educativo. Definir objetivos, selecionar estratégias, planejar o trabalho, organizar, coordenar, avaliar as atividades e os recursos, tratando-se da sala de aula ou da escola no seu conjunto, são tarefas com sentido pedagógico e educativo evidentes.
55. O plano de ensino ou de trabalho constitui um roteiro, um mapa, um caminho que será trilhado em conjunto pelo professor, sem o conhecimento dos próprios alunos.

O significado de política educacional corresponde a toda e qualquer política desenvolvida de modo a intervir nos processos formativos (e informativos) desenvolvidos em sociedade (seja na instância coletiva, seja instância individual) e, por meio dessa investigação, legítima, constrói ou desqualifica (muitas vezes de modo indireto) determinado projeto político, visando a atingir determinada sociedade.

SANTOS. P. S. M. B. *Guia prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos*. São Paulo: Cenage Learning, 2012, p. 3, com adaptações.

As políticas educacionais possuem determinadas características. No que tange a essa temática, julgue (C ou E) os itens a seguir.

56. Toda política educacional possui intencionalidade.
57. As políticas educacionais brasileiras concentram-se, em maior densidade, na educação básica. Inferese, portanto, que o ensino médio integrado à educação profissional não faz parte dos objetivos das políticas da educação básica por se tratar da formação de profissionais para o mundo do trabalho.
58. A política educacional é um evento com uma única dimensão: a pedagógica. É a dimensão pedagógica que define o contexto de aplicação das políticas no tocante à educação brasileira.

Sendo a transmissão de conhecimento um serviço público, o princípio associa esse serviço à democracia. Isso quer dizer que aí está implicada uma noção de participação na *gestio rei publicae*. Lembrando-se de que o termo gestão vem de *gestio*, que, por sua vez, vem de *genere* (trazer em si, produzir), fica mais claro que a gestão não só é o ato de administrar um bem fora-de-si (alheio), mas é algo que se traz em si, porque nele está contido. E o conteúdo desse bem é a própria capacidade de participação, sinal maior da democracia. Só que aqui é a gestão de um serviço público, o que (re) duplica o seu caráter público (re/pública).

CURY. J. O Conselho Nacional de Educação e a Gestão Democrática. In: OLIVEIRA. D.A. *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p. 201, com adaptações.

A respeito da gestão democrática na educação, julgue (C ou E) os itens a seguir.

59. O princípio da gestão democrática está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e constitui-se em obrigação somente das escolas públicas.
60. A gestão democrática pode ser materializada de diversas formas, e uma delas é o conselho de classe.
61. No Distrito Federal, os diretores escolares são escolhidos mediante indicação do Governo do Distrito Federal, uma vez que o governador é escolhido pelo povo de forma democrática e, portanto, tem prerrogativa para escolher os dirigentes escolares.
62. A escolha dos conselheiros tutelares do Distrito Federal é um exemplo de aplicação do princípio da gestão democrática nas escolas.

## Poesia do Educador

Paulo Freire

Escola é

... o lugar que se faz amigos.  
Não se trata só de prédios, salas, quadros,  
Programas, horários, conceitos...  
Escola é, sobretudo, gente.  
Gente que trabalha, que estuda,  
Que alegre, se conhece, se estima.

O diretor é gente,  
O coordenador é gente,  
O professor é gente,  
O aluno é gente,  
Cada funcionário é gente.

E a escola será cada vez melhor  
Na medida em que cada um se comporte  
Como colega, amigo, irmão.  
Nada de “ilha cercada de gente por todos os lados”.  
Nada de conviver com as pessoas e depois  
Descobrir que não tem amizade a ninguém.  
Nada de ser como tijolo que forma a parede,  
Indiferente, frio, só.

Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar,  
É também criar laços de amizade, É criar ambiente de  
camaradagem,  
É conviver, é se “amarrar nela”!

Ora é lógico...  
Numa escola assim vai ser fácil! Estudar, trabalhar, crescer,  
Fazer amigos, educar-se, ser feliz.  
É por aqui que podemos começar a melhorar o mundo.

Disponível em: <[www.paulofreire.org](http://www.paulofreire.org)>. Acesso em: 10 set. 2023.

A escola é um espaço de múltiplas determinações, de ordem pedagógica, política, social e econômica. No que concerne à função social da escola e aos aspectos sociais da prática educativa, julgue (C ou E) os itens a seguir.

63. No poema, inferese que a escola defendida por Paulo Freire é fundamentada na pedagogia libertadora. No entanto, uma escola reduzida a “prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos” está alinhada a uma perspectiva libertária de educação.
64. A escola como um espaço de gente que “alegra, se conhece, se estima” pode ser conquistada a partir da perspectiva da educação para os direitos humanos, na compreensão de uma escola que seja o encontro das diferenças e principalmente o respeito a todas as formas de ser e estar no mundo.
65. A educação “feita de gente”, conforme afirma Paulo Freire, depende do planejamento do Projeto Político-Pedagógico (PPP), considerado o documento que identifica a escola e anuncia as suas intencionalidades. Tendo em vista a característica do PPP, a sua elaboração costuma ser realizada por consultores especialistas, contratados para identificar o perfil da comunidade escolar e, em seguida, elaborar um documento que seja o retrato da escola.

## Estudo Errado

Gabriel O Pensador

Eu tô aqui pra quê?  
Será que é pra aprender?  
Ou será que é pra aceitar, me acomodar e obedecer?  
[...]  
Na hora do jornal eu desligo porque eu nem sei nem o que é inflação  
Ué não te ensinaram?  
Não. A maioria das matérias que eles dão eu acho inútil  
[...]  
Manhê! Tirei um dez na prova  
Me dei bem tirei um cem e eu quero ver quem me reprova  
Decorei toda lição  
Não errei nenhuma questão  
Não aprendi nada de bom  
Mas tirei dez (boa filhão!)  
[...]  
Quase tudo que aprendi, amanhã eu já esqueci  
Decorei, copiei, memorizei, mas não entendi  
Quase tudo que aprendi, amanhã eu já esqueci  
Decorei, copiei, memorizei, mas não entendi  
Decoreba: esse é o método de ensino  
Eles me tratam como ameba e assim eu num raciocino  
Não aprendo as causas e consequências só decoro os fatos  
Desse jeito até História fica chato  
Mas os velhos me disseram que o “porquê” é o segredo  
Então quando eu num entendo nada, eu levanto o dedo  
Porque eu quero usar a mente pra ficar inteligente  
Eu sei que ainda num sou gente grande, mas eu já sou gente  
E sei que o estudo é uma coisa boa  
O problema é que sem motivação a gente enjoa  
[...]  
Eu gosto dos professores e eu preciso de um mestre  
Mas eu prefiro que eles me ensinem alguma coisa que preste  
O que é corrupção? Pra que serve um deputado?  
Não me diga que o Brasil foi descoberto por acaso!  
Ou que a minhoca é hermafrodita  
Ou sobre a tênia solitária  
Não me faça decorar as capitânias hereditárias!  
[...]  
Encarem as crianças com mais seriedade  
Pois na escola é onde formamos nossa personalidade  
Vocês tratam a educação como um negócio onde a ganância,  
a exploração e a indiferença são os sócios  
Quem devia lucrar só é prejudicado  
Assim cês vão criar uma geração de revoltados  
Tá tudo errado e eu já 'tou de saco cheio  
Agora me dá minha bola e deixa eu ir embora pro recreio...

Disponível em: <letras.mus.br/gabriel-pensador>. Acesso em: 10 set. 2023.

A partir da crítica feita pelo autor a respeito da função social da escola e de seus desdobramentos, julgue (C ou E) os itens a seguir.

66. No trecho “Ou será que é pra aceitar, me acomodar e obedecer?”, a relação professor-aluno pode ser compreendida a partir da perspectiva da pedagogia tradicional.
67. O conteúdo é um dos componentes do processo de ensino. A música faz uma crítica à falta de pragmatismo dos conteúdos abordados na escola, crítica que também foi elaborada, no século passado, por Herbart ao defender que a escola deveria ser a própria vida. Os estudos de Herbart foram fundamentais para a construção do movimento da Escola Nova.

68. A avaliação da aprendizagem mencionada na música pode ser classificada como somativa.
69. Uma alternativa para superar a “decoreba” criticada na música é a proposição de uma abordagem que considere o estudo dos conteúdos socialmente elaborados como forma de instrumentalização e análise crítica da realidade.
70. No trecho “Vocês tratam a educação como um negócio onde a ganância, a exploração e a indiferença são os sócios”, é possível estabelecer um paralelo com a concepção de educação bancária, termo cunhado por Demerval Saviani para criticar uma formação que preconiza o acúmulo passivo de conhecimento tal qual o consumo de uma mercadoria qualquer.

Área livre

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Itens de 71 a 120

A exteriorização da vontade administrativa pode ocorrer de diversas formas, notadamente por meio de manifestações unilaterais (atos administrativos), bilaterais (contratos da Administração) ou plurilaterais (consórcios e convênios).

O ato administrativo é a manifestação unilateral de vontade da Administração Pública e de seus delegatários, no exercício da função delegada, que, sob o regime de direito público, pretende produzir efeitos jurídicos com o objetivo de implementar o interesse público.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. *Curso de direito administrativo*. 11. ed. São Paulo: Método | Grupo GEN, 2023, p. 295.

Considerando o texto apresentado, no que se refere ao direito administrativo, julgue (C ou E) os itens a seguir.

71. A autoexecutoriedade é um atributo do ato administrativo.
72. Em decisão na qual se evidencie a ocorrência de lesão ao interesse público e prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.
73. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, inclusive quando comprovada a existência de má-fé.
74. A infração disciplinar decorre de ato omissivo ou comissivo, praticado com dolo ou culpa, e sujeita o servidor às sanções previstas no respectivo estatuto funcional.
75. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
76. Nos processos administrativos, serão observados, entre outros, os critérios de atendimento com a finalidade de interesse pessoal, sendo permitida a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, independentemente de autorização em lei.

Em termos conceituais, a educação é proclamada como direito público, o que não poderia se confundir com serviço nem com bem público, embora essas sejam concepções que se interpenetrem no discurso acadêmico e político.

ARAÚJO, Gilda Cardoso de; CASSINI, Simone Alves. Contribuições para a defesa da escola pública como garantia do direito à educação: aportes conceituais para a compreensão da educação como serviço, direito e bem público. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 98, p. 561-579, 2017.

Com base no direito administrativo, julgue (C ou E) os itens a seguir.

77. Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

78. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
79. Nas ações de natureza cível, o Serviço Social da Indústria (SESI) sempre estará sujeito à jurisdição da Justiça Federal.
80. O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, atrai a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
81. O diálogo competitivo é a modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras por meio da qual a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, disse nesta terça-feira (17) que é impossível exagerar a importância dos 35 anos de estabilidade institucional pelos quais passa o Brasil desde a promulgação da Constituição Federal de 1988.

[...]

Segundo Barroso, os 35 anos da Constituição de 1988 são uma realização significativa num continente e num país com grande tradição de quebra da legalidade. Ele destacou, entre as conquistas do período, a estabilidade monetária, o aumento da inclusão social e os avanços nos direitos de mulheres, de pessoas negras, indígenas e com deficiência e da população LGBTQIA+. Observou, contudo, que apesar de haver um patrimônio a ser celebrado, ainda há desafios a serem superados, como a pobreza extrema, a desigualdade injusta e os altos índices de violência.

Notícias STF. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=516177&ori=1>>. Acesso em: 30 out. 2023.

No que se refere aos temas relacionados ao direito constitucional, julgue (C ou E) os itens a seguir.

82. Atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão.
83. São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, mesmo que de pais estrangeiros, independentemente de eles estarem ou não a serviço de seu país.
84. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição.
85. É da competência exclusiva do Congresso Nacional zelar pela preservação de sua competência legislativa diante da atribuição normativa dos outros poderes.
86. Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências.

87. São funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição de 1988, promovendo as medidas necessárias à sua garantia.

### Preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constituicao.htm>>. Acesso em: 30 out. 2023.

No que concerne aos temas relacionados ao direito constitucional, julgue (C ou E) os itens a seguir.

88. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e mediante o pagamento de coparticipação das despesas processuais pelos necessitados.
89. As comissões parlamentares de inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e poderão ser criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
90. O Tribunal de Contas da União é órgão do Poder Judiciário.
91. Compete privativamente ao presidente da República dispor, mediante decreto, acerca da organização e do funcionamento da administração federal, quando implicar aumento de despesa, bem como necessitar de criação ou extinção de órgãos públicos.
92. Os direitos e as garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais dos quais a República Federativa do Brasil seja parte.

Área livre

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho julgou abusiva uma greve de sete dias dos empregados da Adalume Esquadrias Metálicas Ltda., ocorrida em 2013. Por unanimidade, a SDC afastou o entendimento do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região de que se tratava da chamada “greve ambiental”, situação que poderia afastar as exigências da Lei nº 7.783/1989 (Lei de Greve).

O objetivo da greve era, entre outros, reivindicar participação nos lucros e resultados, fornecimento gratuito do convênio médico, melhoria na qualidade das cestas básicas, regularização no vestiário, nos sanitários e no refeitório, carga horária de 12 horas e banco de horas.

Disponível em: <[https://www.tst.jus.br/noticias/-/asset\\_publisher/89Dk/content/tst-declara-abusiva-paralisacao-nao-caracterizada-como-greve-ambiental/pop\\_up](https://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/tst-declara-abusiva-paralisacao-nao-caracterizada-como-greve-ambiental/pop_up)>. Acesso em: 31 out. 2023, com adaptações.

Acerca dos temas relacionados ao direito processual do trabalho e ao direito previdenciário, julgue (C ou E) os itens a seguir.

93. O jus *postulandi* das partes, estabelecido pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcança a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.
94. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações que envolvam exercício do direito de greve.
95. A seguridade social compreende um conjunto fragmentado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
96. O professor que comprovar tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio terá a redução de cinco anos no requisito de idade para a aposentadoria no regime geral de previdência social.

Área livre

[...] o princípio da proteção integral da pessoa idosa, o qual pode ser entendido como um feixe de direitos inerentes aos cidadãos em processo de envelhecimento, que, diversamente dos direitos considerados fundamentais e reconhecidos a todas as pessoas, consubstanciam-se em pretensões relacionadas a um comportamento negativo (dever de abstenção de sua violação) e comportamentos positivos impostos à autoridade pública e a todos os demais cidadãos, os quais deverão assegurar a citada proteção especial.

Pois bem, sob a óptica consumerista, tendo-se de um lado, o fornecedor/prestador de serviços e, de outro a pessoa idosa como consumidora do serviço, evidencia-se a natural vulnerabilidade desta última.

Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/375101/a-hipervulnerabilidade-do-consumidor-idoso>>. Acesso em: 30 out. 2023.

De acordo com os temas relacionados ao Estatuto do Idoso, ao Código de Defesa do Consumidor e ao Código Civil, julgue (C ou E) os itens a seguir.

97. A pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata o Estatuto do Idoso, devendo ser-lhe assegurado, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.
98. Somente pode ser considerado fornecedor a pessoa jurídica, privada e nacional, com personalidade jurídica reconhecida em junta comercial, que desenvolve atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.
99. Os contratantes são obrigados a guardar, tanto na conclusão do contrato quanto em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.
100. Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os dispositivos do Código Civil.
101. Quando não houver intenção difamatória, o nome da pessoa pode ser empregado por outro em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, sobretudo em homenagem à plena liberdade de manifestação do pensamento.
102. Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

Provocada por meio da ação, a jurisdição vai atuar com vistas à definição, à realização e ao acautelamento dos direitos substanciais deduzidos pelos litigantes. Esse agir da jurisdição, contudo, não se dá de forma aleatória. Ele opera por meio do processo, o qual, por sua vez, tem seus contornos definidos pelas normas jurídicas. Levando-se em conta o direito material subjacente, para efeitos didáticos, subdivide-se o processo em: civil, penal, trabalhista e eleitoral. Pois bem, o processo civil será ordenado e disciplinado conforme as regras e os princípios previstos no Código de Processo Civil.

DONIZETTI, Elpídio. *Novo código de processo civil comentado*. 3. ed. São Paulo: Atlas. Grupo GEN, 2018.

A respeito dos temas relacionados ao Código de Processo Civil (CPC), julgue (C ou E) os itens a seguir.

103. Para o CPC/2015, são condições da ação a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade das partes e o interesse processual de agir.
104. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, deverão ser computados em dias corridos.
105. O juiz responderá, civil e regressivamente, por perdas e danos quando, no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude.
106. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
107. O mandado de segurança será concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas-corpus* ou *habeas-data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.
108. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, em todos os casos, responsável pelo pagamento de custas judiciais e de ônus da sucumbência.

Os desafios atuais postos aos professores universitários exigem dispor de ambientes que permitam a autoria de conteúdos, a interação, a mediação pedagógica, a produção de conhecimento colaborativo e o desenvolvimento de competências na utilização de tecnologias da informação e comunicação (TIC).

MERCADO, L. P. L.. Metodologias de ensino com tecnologias da informação e comunicação no ensino jurídico. *Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), v. 21, n. 1, p. 263–299, mar. 2016.

Considerando a metodologia de ensino de direção, organização didático-pedagógica e suas implicações na construção do conhecimento em sala de aula, a organização didático-pedagógica e o ensino integrado de direito diante das exigências metodológicas de ensino e de aprendizagem, bem como acerca das questões relacionadas ao processo de ensino e de aprendizagem de direito, julgue (C ou E) os itens a seguir.

109. As estratégias didáticas com TIC, como instrumentos à disposição do professor e do aluno, podem se constituir em agente de mudanças para a melhoria da qualidade do ensino jurídico, o que requer professores com sólida formação, com conhecimentos da didática e dos conteúdos, com desenvolvimento de práticas pedagógicas que utilizem as TIC como interfaces que atendam às necessidades individuais e coletivas, que estimulem a construção criativa e a capacidade de reflexão e que favoreçam o desenvolvimento da capacidade intelectual e afetiva, levando à autonomia e à democracia participativa e responsável.

- 110.** A formação docente com TIC configura-se como uma interface relevante, porque apresenta produtos formativos e interativos, em que o usuário pode adotar um papel ativo em relação ao ritmo e nível de trabalho.
- 111.** Para atender à realidade educacional atual, é desnecessário que os professores envolvidos estejam em permanente processo de formação, tanto de conhecimentos quanto de novas metodologias e tecnologias de ensino, uma vez que, para promover uma maior aprendizagem por parte dos alunos do curso, basta a atualização informacional e tecnológica dos estudantes.
- 112.** Ao escolher uma estratégia didática, o professor considera, como critérios de seleção, os aspectos de adequação aos objetivos estabelecidos para o ensino e aprendizagem, a natureza do conteúdo a ser ensinado e o tipo de aprendizagem a efetivar-se, além das características dos alunos, como, por exemplo, a faixa etária, o nível de desenvolvimento mental, o grau de interesse, as expectativas de aprendizagem, bem como as condições físicas e o tempo disponível.
- 113.** O professor, para trabalhar com aulas inovadoras usando TIC, precisa desenvolver novas competências e habilidades, sendo um coordenador de aprendizagem, que está aberto à aprendizagem e que aprende com seus alunos, construindo, assim, novas habilidades no seu percurso formativo.
- 114.** Novas formas de aprender e interagir com TIC prescindem de novas metodologias de ensino nos cursos superiores, especificamente nos cursos jurídicos.
- 116.** Serão consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam à realização de atividades curriculares complementares voltadas ao aprendizado dos alunos ou à formação continuada dos profissionais da educação, tais como: exposições, feiras ou mostras de ciências da natureza ou humanas, matemática, língua portuguesa ou língua estrangeira, literatura e cultura.
- 117.** Entre as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), está a valorização dos profissionais da educação.
- 118.** O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) destina-se à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública e à valorização dos profissionais da educação, excluída a remuneração.
- 119.** São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos, facultar a apresentação periódica, em prazo não superior a seis meses, de relatório das atividades.
- 120.** O Plano Distrital de Educação (PDE) é o instrumento de planejamento, gestão e integração do sistema de ensino do Distrito Federal, construído com a participação da sociedade, para ser executado pelos gestores educacionais.

Área livre

Educação é um tema de inúmeros debates, não havendo como esgotar, em razão da importância do assunto. É através da educação que nos tornamos seres melhores, com maiores aspirações e possibilidades.

Em que pese o direito à educação assegurado às crianças e adolescentes, milhares destes ainda estão fora dos bancos escolares no mundo inteiro, seja por falta de condições financeiras, de transporte, motivação ou quaisquer que sejam os motivos. Mesmo havendo diminuição dos números de infrequência e evasão escolar, ainda assim, esses sujeitos em peculiar condição de desenvolvimento não possuem acesso à educação. A educação de qualidade é um direito fundamental que amplia e garante os demais direitos humanos e sociais.

MORAES, Fernanda Luz. O direito fundamental à educação de crianças e adolescentes e os instrumentos jurídicos para redução da infrequência/evasão escolar. *Revista da Graduação*, v. 8, n. 1, 2015.

Em conformidade com os temas relacionados ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), à Lei federal nº 13.005/2014, à Lei federal nº 14.113/2020, à Lei federal nº 11.788/2008 e à Lei Distrital nº 5.499/2015 (Lei do Plano Distrital de Educação), julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 115.** A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, sendo-lhes assegurada igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

# ATENÇÃO

**Aguarde a autorização do  
fiscal para iniciar a prova.**

Realização

**iades**

Instituto Americano de Desenvolvimento